

Difícil ouvir sobre estupro de 5 crianças por dia, diz juíza atacada em SP

A juíza Tatiane Moreira Lima, 40, não tem tatuagens visíveis. Tivesse, escreveria: “Morro, mas não vejo de tudo”, brinca, passando o indicador no antebraço.

(Universa, 13/05/2019 - acesse no site de origem)

A mácula resumiria sua década de magistratura trabalhando com temas humanitários, como violência contra a mulher, estupro de crianças e tráfico humano. Em meio a essa trajetória, em 2016, ela mesma se tornou vítima quando um homem invadiu as dependências do Fórum do Butantã, na zona oeste de São Paulo, e a manteve refém sobre um líquido inflamável por cerca de meia hora. As imagens circularam na imprensa nos dias seguintes e mobilizaram autoridades sobre a necessidade de se aumentar a segurança nos órgãos judiciais do país.

Atualmente, atua no Fórum Criminal da Barra Funda com populações vulneráveis e atende diariamente crianças e jovens que sofreram agressões. “É difícil ouvir sobre o estupro de cinco, seis crianças por dia, porque você se identifica, se apega. No começo eu chorava muito. Pegava o sofrimento para mim e não conseguia dormir de noite. Aos poucos fui aprendendo a trabalhar com isso”, conta.

Tatiane começou sua carreira na magistratura em Francisco Morato, região metropolitana de São Paulo, após contrair uma tuberculose estudando para concursos. “Estava no limite das minhas forças. Meus pais me criaram com essa ideia de que o estudo modifica a pessoa, então eu sempre estudei muito”, diz ela, filha única de pais professores que migraram do Ceará para Campinas, no interior de São Paulo.

De Francisco Morato, lembra que sua sala ficava na “linha de tiro” da favela, ratos davam cria no escapamento dos carros dos funcionários e o Fórum praticamente alagava em dias de chuva. “Lidei com os piores crimes, os piores homicídios, os piores estupros. Era desesperador. Lá eu aprendi mesmo a ser juíza e questionei muito isso.”

Nos anos seguintes, passou por diversas cidades do interior do estado e por São Miguel Paulista, no extremo leste da capital, até chegar ao Fórum do Butantã, lado oposto da cidade, onde passou a se dedicar exclusivamente aos crimes domésticos. Nesse tempo, criou um grupo de atendimento a homens agressores, lançou uma campanha de combate ao assédio no transporte público e se envolveu com um projeto de uma companhia de teatro para colher denúncias de crianças vítimas de violência.

Exibe no celular fotografias tiradas recentemente ao lado dos seguranças que participaram de seu resgate em 2016 e afirma sobre o episódio de anos antes: “Não deixou traumas. Eu tento virar essa página, a gente precisa virar, para seguir com a vida”. Os policiais a surpreenderam em uma tarde de março em seu gabinete, no dia que marcava quatro anos desde o ataque.



Quatro anos após o ataque, Tatiane recebeu a visita dos policiais que trabalharam em seu resgate (Foto: Reprodução)

Por que elas voltam?

“O amor venceu” era uma espécie de código usado entre os servidores do Fórum do Butantã para se referir às mulheres agredidas que retornavam ao judiciário ao lado de seus agressores. “Por que elas voltavam?” A juíza se questionava no começo da carreira.

“Passei a entender que elas voltam porque têm dependência, porque demora de oito a dez anos para sair de uma relação violenta. Ela volta porque não tem condições financeiras, está humilhada, destruída”, diz.

Naquela época, criou na Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher dois grupos de apoio: um voltado às vítimas e outro, raro, aos agressores.

“Quando um caso virava processo, chamávamos as mulheres envolvidas ao Fórum e explicávamos a Lei Maria da Penha e medidas protetivas. Sentimos que isso melhorava muito o depoimento delas, que foram deixando de voltar atrás. De 2014 a 2016, atendemos 500 mulheres que passaram por lá, receberam informações e se tornaram pessoas multiplicadoras, porque elas contam para amigas que estão na mesma situação.”

Os responsáveis pelo projeto perceberam, porém, que não adiantava falar apenas com as mulheres, enquanto os agressores repetiam a violência – fosse com elas, ou com as companheiras seguintes. “O problema é ele”.

Criaram então, em 2016, o programa Cá entre Nós, primeiro grupo de atendimento voltado para agressores a surgir no interior do TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo). Durante 12 encontros, assistentes sociais e psicólogos da Vara trabalhavam com a desconstrução da masculinidade, as raízes da violência e papéis de gênero a partir de simulações e atividades de

empatia, em que os homens se colocavam no papel de homossexuais ou das mulheres, por exemplo.



Tatiane participou da criação do Cá entre Nós, primeiro grupo de atendimento voltado para agressores a surgir no interior do TJSP (Foto: Carine Wallauer/UOL)

“Chamávamos 100 homens, apareciam 20, e deles dez ou cinco queriam fazer o curso. Mas a gente não se importava. Eram cinco homens que não iriam mais bater na mulher”, diz. “Com o tempo, eles passavam a reconhecer que eram violentos, que controlavam a roupa, o celular, coisas que não viam”. No primeiro grupo, os participantes pediram duas reuniões a mais. Nos seguintes, voltavam para compartilhar suas histórias com novos membros.

A Lei Maria da Penha prevê a criação de programas voltados para o violência doméstica e familiar contra a mulher. Ainda assim, o trabalho com agressores no Brasil é incipiente. “Essas iniciativas precisam ganhar mais luz, ser feitas com responsabilidade e como política pública. Olhamos muito para as mulheres, e isso é necessário. Mas e o agressor, o causador de tudo isso? Ele não é tratado e continua reproduzindo a mesma conduta”, avalia Tatiane.

O pior momento da minha vida

No dia 30 de março de 2016, a juíza estava em sua sala quando ouviu gritos vindos do corredor. Na ocasião, pensou que se tratava de desentendimentos na Vara da Família e Sucessões, algo rotineiro.

Ela foi até a porta do gabinete e se deparou com um homem usando um capacete com os dizeres “inocente”, uma mochila nas costas e uma garrafa na mão. O homem se apresentou para Tatiane, que perguntou se podia ajudá-lo. “Fica quieta, sua vagabunda”, lembra de ter ouvido como resposta.

“Eu demorei para me dar conta da gravidade do fato. Quando ele entrou, as outras pessoas que estavam na sala logo saíram, mas eu fiquei lá, meio atônita, achando que era uma pessoa perdida.”

O homem pegou Tatiane pelo pescoço, conforme ela narra, quebrou uma garrafa de litrão de Skol cheia de combustível e deitou a juíza sobre o líquido, esganando seu pescoço e se posicionando atrás de seu corpo. “Eu só pensava no meu cabelo, que estava encharcado. Se ele tivesse algo, eu pegaria fogo muito rápido.”

Eu achei que ia morrer, a mão dele era muito forte e faltava ar. Ele falava que passou a noite pensando em mim e no que poderia fazer comigo.

A polícia chegou minutos após e passou a negociar com o homem, que afirmava ser inocente. Ele mesmo pediu a um policial que gravasse o vídeo, que viralizou nos dias seguintes.

“Quando percebi o estado dele, comecei a dizer tudo o que ele queria. Disse que ele era inocente, que não era louco. Que eu condenava homens inocentes e recebia dinheiro para isso. Pensei em tentar por essa via, de conversar com um louco falando loucuras. E ele me respondeu com uma frase muito interessante: ‘Não vem com psicológico pra cima de mim não!’”.

Ambos, na hora, se arranhavam sobre os cacos de vidro espalhados no chão, lembra Tatiane. Foi quando ela sugeriu, com a permissão do agressor, para um funcionário jogar uma coberta que estava em cima de um sofá próximo. Na manobra, em um deslize de atenção, os policiais lançaram sobre o homem o conteúdo de extintores de incêndio, conseguindo separá-los. O caso virou exemplo de resgate de reféns.

Foi muito desesperador, um dos piores momentos da minha vida. Parecia não acabar.

O agressor era um vendedor, então com 37 anos, que passava por dois processos: um na Vara de Família, para decidir a guarda de seu filho, e outro na Vara da Violência, por ter chacoalhado sua mulher. Ele já havia perdido a guarda do filho e tinha uma audiência naquele dia para o segundo caso, que seria julgado por Tatiane. Na mochila, levava duas garrafas pets de acelerador de chamas e pregos enroscados por ataduras - uma bomba caseira.

“Eu me questioneei se tinha feito algo errado no processo, foi a primeira coisa que fiz após o fato, ver se eu tinha errado em algum momento. E eu não tinha.” O vendedor cumpre agora uma sentença de 20 anos de prisão.

“O que a senhora acha do Moro”?

Após a agressão, Tatiane foi para o hospital na viatura de polícia, e depois para o IML (Instituto Médico Legal), fazer exame de corpo delito. Desse momento, lembra de o médico não olhar em sua cara. Foi muito desesperador, um dos piores momentos da minha vida. Parecia não acabar.

“Minhas vítimas de violência me falavam isso e eu nunca acreditei. Imagina, o médico trabalha

só para isso. Mas eu sentei e a primeira pergunta que ele me fez foi o que eu achava do [agora ministro] Sergio Moro. Uma pessoa que sabe que você passou por um atentado, que eu poderia estar em estado de choque, me pergunta do Sergio Moro?”

Tatiane não anda hoje com escolta ou segurança, nem deixa de fazer nada que gostaria, diz. Para ela, do episódio fica sua empatia com os casos de violência com os quais costuma trabalhar. “Me fez entender mais o que a vítima passa. Isso me torna mais humana. Você sabe que é verdade, que você vai ser mal atendida. Eu não tive que ir na delegacia, mas muitas vezes você vai e é desacreditada. É uma violência institucional muito grande e, depois de ser vítima, você luta para não cometer também essa violência.”

Além disso, ficou também do episódio o alerta para a segurança nos órgãos judiciários do país. “Quando eu vi o vídeo eu tomei muito susto. Pensei: ‘meu Deus, foi tudo isso?’. Mas é uma coisa que talvez precisasse acontecer para a gente pensar a segurança dos Fóruns, que era muito precária. Foi um alerta para todo o Brasil. Outros estados não têm os mesmos recursos de São Paulo, mas sabem que os fóruns são uma bomba-relógio.”

O judiciário precisa se adaptar à criança

Do Butantã, Tatiane foi trabalhar com penitenciárias femininas do estado. Pouco depois, foi convidada para o Setor de Violência Contra Infante, Idoso, Pessoa com Deficiência e Tráfico Interno de Pessoa (SANCTVS), no Fórum Criminal da Barra Funda, zona oeste de São Paulo.

“Só faltou minorias quilombolas e LGBTI”, brinca, sobre a extensão de atendimento do setor em que trabalha, um anexo da 16ª Vara.

Lá, a juíza atende principalmente crianças vítimas de estupro. Para atuar, promoveu junto com sua equipe uma transformação dos espaços do Fórum, tornando salas de audiência e de depoimento mais acolhedoras aos menores.



Tatiane montou uma força tarefa para adaptar as salas do Fórum da Barra Funda ao atendimento das crianças (Foto: Carine Wallauer/UOL)

Em um mutirão com funcionários, pintou paredes de cores diversas, acumulou doações de brinquedos e pendurou pelas salas bordados feitos por ela mesma. O setor passou a adotar também um sistema de gravação para colher depoimentos, para que as crianças não precisem reviver mais de uma vez as histórias contadas. Negocia ainda um convênio com uma entidade para trazer “cachorros terapeutas” aos encontros.

Nas audiências que tem com as vítimas, conta, tira os sapatos para parecer menos intimidadora e chega a pintar as unhas de meninas. No final, recomenda que peçam aos pais para comer um hambúrguer ou ir ao cinema. “Hoje você teve um dia muito difícil e estressante, pode pedir o que você quiser”, brinca, enquanto mostra imagens de crianças abraçadas a alguns dos brinquedos doados. “Parece que ela falou hoje de abuso sexual?”

“Muitas vezes, a gente é o primeiro ente do Estado que essas crianças conhecem. Ela conhece o poder paralelo, conhece a polícia que é ruim, invade a comunidade dela, bate nas pessoas. Não conhece um deputado, um senador, um governador. O juiz é um agente do Estado e eu quero mostrar que o Estado também pode ser humano”, diz.

Não é a criança que tem que se adaptar à Justiça, mas a Justiça que tem que se adaptar à criança. Não adianta a gente chegar e ser todo ritualístico e formal, falando sobre coito vagínico. Eu não vou fazer isso. E como a gente se adapta? Sendo humano, vivendo no mundinho delas.

Tatiane diz fazer hoje terapia e meditação, “para se esvaziar” e poder cuidar também da vida além-carreira - vive em São Paulo com o marido e dois filhos pequenos. Ainda trabalha, ao lado de um diretor, no argumento de uma série inspirada em sua experiência nos órgãos judiciários. Pretende vender o roteiro a um serviço de vídeo sob demanda. “Amo o que eu faço, mas é muito difícil. Não é todo mundo que consegue fazer”, conclui.

Beatriz Montesanti

“O que eu sofri foi uma violência contra a mulher”, diz juíza agredida dentro de fórum na zona oeste de SP

(R7, 29/06/2016) Tatiane Moreira Lima ficou 20 minutos em poder de sequestrador no Butantã em 30 de março

Quando retornou ao trabalho no Fórum do Butantã, na zona oeste de São Paulo, a juíza Tatiane

Moreira Lima, de 37 anos, recebeu a promessa de que o local teria segurança reforçada. O compromisso foi cumprido, assim como em outros fóruns frequentados por ela. Mesmo com o trauma, ela afirma que nada mudou em sua vida pessoal.

— Não tenho motivos para me sentir insegura, até mesmo porque o agressor está preso. Com relação ao trabalho, eu senti que, em alguns fóruns por onde eu andei, tem mais segurança. No fórum em que trabalho, foi mudado todo o esquema para evitar que eventos como esse se repitam.

A agressão aconteceu no dia 30 de março deste ano. Alfredo José dos Santos, de 36 anos, invadiu o fórum onde está localizada a Vara da Região Oeste de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Regional do Butantã, e manteve a magistrada refém por quase 20 minutos. Durante este tempo, o homem cobriu parte do corpo de Tatiane com gasolina, a agrediu e a ameaçou, além de obrigá-la a [dizer que ele era inocente](#).

O homem respondia por agressão contra a ex-mulher. Em entrevista ao Domingo Espetacular, Santos afirmou ter agredido a juíza por desespero. Porém, para a magistrada, a agressão foi motivada por gênero, pois acredita que se fosse homem, Santos não teria agido da mesma forma.

— O que eu sofri foi uma violência contra a mulher. Não foi uma violência doméstica porque não tinha uma relação de afeto, mas é violência contra a mulher. Ele se valeu da minha condição para praticar o delito.

Segundo a magistrada, o crime foi premeditado.

— Ele já me conhecia porque tinha ido à uma audiência anterior. No dia da agressão, ele foi destinado para a minha sala porque sabia com quem estava lidando e quem era seu alvo.

Violência contra crianças

Por trabalhar na Vara da Região Oeste de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a juíza lida quase todos os dias com a questão de violência contra crianças e mulheres. Ela afirma que grande parte dos casos acontece dentro do âmbito familiar, sendo que, na maioria das vezes, é o pai o padrasto quem pratica.

— A maioria é menina e o agressor se vale da condição de conhecer aquela vítima e de ter a confiança dela para praticar os crimes. Infelizmente, isso é muito presente na nossa sociedade e um dos mais difíceis de se trabalhar porque a vítima tem que repetir a mesma história várias vezes. Ela é constantemente revitimizada até o caso chegar à uma audiência anos depois.

Para tentar minimizar este problema, o Tribunal de Justiça tem se dedicado ao chamado depoimento sem dano, que é uma tentativa de que ela seja ouvida a mínima quantidade de vezes possível, explicou Tatiane.

Violência contra a mulher

As mulheres vítimas de violência doméstica reclamam do atendimento realizado em delegacias. Muitas vezes, elas são atendidas por homens. Para a magistrada, aumentar o número de mulheres juízas, delegadas e policiais femininas ajudaria nesta questão, mas não o suficiente.

— Um número maior com certeza ajudaria, mas as pessoas também têm que ter sensibilidade para trabalhar com essa mulher. É normal a vítima reatar com o agressor ou voltar atrás com suas histórias. Isso é um processo chamado ciclo da violência. Então, as pessoas que trabalham com esse tema têm que entender e não menosprezar a vítima por isso.

Ainda de acordo com a magistrada, apenas 5% das mulheres denunciam na primeira agressão. Elas demoram, em média, oito anos para denunciar.

— Eu acredito muito na especialização e sensibilização dos profissionais. A gente tem que se qualificar mais, saber como ocorre, como é um fato repetitivo. Esses fatores são importantes de se entender por quem trabalha com violência doméstica. Isso é fundamental.

Dinalva Fernandes

Acesse no site de origem: ["O que eu sofri foi uma violência contra a mulher", diz juíza agredida dentro de fórum na zona oeste de SP \(R7, 29/06/2016\)](#)

Para proteger mulheres, Lei Maria da Penha tenta reeducar agressores, por Tatiana Moreira Lima

(UOL, 03/05/2016) A violência doméstica é um fenômeno complexo e multicausal. Estima-se que um terço de todas as mulheres do mundo já sofreu algum tipo de violência praticada por parceiro íntimo, conceito no qual se enquadra marido, ex-marido, companheiro, ex-companheiro e até mesmo namorado com quem a vítima tenha tido qualquer relação íntima de afeto.

Pesquisa desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1998, registra que o risco da mulher ser agredida em casa é oito vezes maior do que sofrer ato violento em qualquer outro lugar. Segundo o recente "Atlas da Violência de 2016", a cada dia 13 mulheres são mortas no país, e mais da metade dessas mortes é praticada por parceiros ou ex-parceiros.

Os dados são extremamente importantes porque justificam a criação de uma lei específica de proteção à mulher: a Lei 11.340/06, conhecida como "Lei Maria da Penha", destinada a erradicar, coibir, prevenir, punir e tratar a violência doméstica e intrafamiliar.

Por meio da edição dessa lei foram instituídos os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Na cidade de São Paulo, são sete varas especializadas na matéria, onde há equipe técnica, composta por psicólogos e assistentes sociais, capacitada para atender as vítimas de violência doméstica.

Pela atuação de equipe multidisciplinar é possível fazer um atendimento acolhedor à vítima, oferecendo o encaminhamento necessário para órgãos da saúde, assistência social, habitação,

dentre outros. Nesses locais, a vítima pode, entre outras medidas, obter tratamento médico e psicológico, buscar abrigo sigiloso e ser atendida nos centros de defesa e cidadania da mulher. Muito embora o encaminhamento possa ser feito por outros órgãos, muitas vezes é na Vara de Violência Doméstica que a vítima busca apoio para se libertar do ciclo da violência.

A violência contra a mulher é movida em um ciclo de fases que se repetem anos a fio, até que a agredida tenha força e coragem de denunciar. O ciclo é composto de três fases: agressão propriamente dita (pode ser física, psicológica, moral, sexual e patrimonial) seguida de um arrependimento do agressor e da promessa de que tal fato nunca mais se repetirá -fase identificada como lua de mel. Por fim, vem a fase da tensão, ou seja, exacerbação de ânimos, que culmina em nova agressão. Hoje, via atendimento acolhedor à vítima capaz de verificar suas reais necessidades, é possível auxiliar a mulher para que ela se fortaleça e possa romper o ciclo.

Independente da existência da equipe técnica e multidisciplinar que auxilia o juízo, no âmbito do processo penal as provas serão produzidas seguindo as regras de amplo direito de defesa ao réu para que, ao final da instrução, o juiz esteja apto a julgar o acusado culpado ou inocente.

No caso de condenação, não se admite pagamento de cestas básicas ou aplicação de institutos despenalizadores da Lei 9.099/95, pois a Lei Maria da Penha foi criada exatamente para estabelecer maior grau de responsabilização do agressor e para que haja o entendimento de que a conduta é reprovável e não pode mais ser tolerada em nossa sociedade, que busca a igualdade real entre homens e mulheres.

Importante frisar que, muito embora haja esse caráter penalizador e punitivo, a Lei Maria da Penha também inovou ao estabelecer que o agressor possa comparecer a programas de recuperação e reeducação. Este é um novo norte a ser seguido, pois muito se observa que, além dos cuidados para com a mulher, deve haver também o cuidado para com o agressor com o intuito de que ele reflita sobre seus atos e mude sua atitude perante a mulher -caso contrário a violência se repetirá, com a mesma ou com outra mulher.

Somente pela reflexão apurada do que representam os papéis do que é ser homem e ser mulher na sociedade é que será possível alcançar a paz nos lares.

Acesse no site de origem: [Para proteger mulheres, Lei Maria da Penha tenta reeducar agressores, por Tatiana Moreira Lima \(UOL, 03/05/2016\)](#)

[Questões de gênero, por Marta Suplicy](#)

(Folha de S. Paulo, 08/04/2016) Jogada no chão, ensopada por gasolina e com um descontrolado com isqueiro na mão gritando para ela dizer que não era culpado, a juíza Tatiane Moreira Lima teve a pior experiência da sua vida.

Coordenadora da Vara de Violência Doméstica no Fórum do Butantã, Tatiane reagiu de forma adequada para não morrer e mostrou controle e cabeça para se manifestar com frase

marcante: “Sofri um ataque de gênero”. Disse acreditar que, se fosse um juiz homem, “talvez o agressor não tivesse a mesma atitude comigo”.

Num aspecto mais amplo, ela pondera que também foi um ataque aos que protegem mulheres, nesse caso o Poder Judiciário.

Por que a questão de gênero é tão importante? Esse conceito é usado para a compreensão da desigualdade entre o que é atribuído à mulher e ao homem. Os papéis de gênero nos são ensinados primeiro na família e pouco atinamos sobre sua reprodução social. Parece que “nascemos” assim.

Graças a estudos dentro desse conceito, leis para proteção e emancipação da mulher têm sido aprovadas.

O agressor da juíza responde a processo criminal por suspeita de ter agredido sua mulher. Lembrei-me de relato feito pela ministra do STF Carmem Lúcia, um baluarte no combate à violência doméstica, que ilustra bem a questão de gênero. “Um agressor se coloca absolutamente contrário à violência contra a mulher e garante que nunca tinha cometido esse tipo de agressão. O juiz achou que se tratasse de um engano, até que citou o nome da agredida. O homem respondeu: ‘Ah, doutor, a fulana é a minha mulher’.”

Em 2009, fiz uma série de entrevistas com mulheres vítimas de violência e uma delas calou fundo, pois o que ocorreu com ela foi dentro de uma Delegacia da Mulher.

A vítima havia sido barbaramente surrada por um marido que chegou tarde e bêbado em casa e a tirou da cama debaixo de tapas porque tinha só um punhado de arroz na panela. A escrivã, que ouvia o relato, se apressou a comentar: “Custava ter levantado, fazer a comida, para não ter de apanhar?”. Essa pessoa estava lá para acolher!

De lá para cá, muita coisa mudou. Leis, inspiradas pela questão de gênero, foram feitas: a Lei Maria da Penha, 2006, a do Feminicídio, 2015, e este ano foi aprovado o Observatório da Mulher contra a Violência, no Senado, que agregará todos os dados disponíveis no país sobre a questão.

A fala da jovem juíza é uma inspiração para todas nós: “agora eu me sinto mais motivada para lutar pelos direitos das mulheres porque antes eu ouvia os relatos das histórias e de repente eu estava naquela história... Tento deixar meu coração leve para trabalhar, voltei com muita felicidade.”

O caminho ainda é longo, melhor caminhar com amor.

Acesse o PDF: [Questões de gênero, por Marta Suplicy \(Folha de S. Paulo, 08/04/2016\)](#)

[Moção de Repúdio à violência contra a](#)

juíza Tatiana Moreira Lima

(Senado Federal, 07/04/2016) A Procuradoria Especial da Mulher do Senado vem a público manifestar repúdio ao ato violento dirigido à juíza Tatiana Moreira Lima, feita refém na tarde desta quarta-feira (30), no Fórum Regional do Butantã, na zona oeste de São Paulo. Como responsável pela vara da Violência Doméstica e em pleno exercício profissional, ela foi agredida por Alfredo José dos Santos com o qual teria audiência naquele horário por processo a que responde sob acusação de agredir a ex-mulher. O homem ameaçou atear fogo na juíza com um produto químico e a manteve refém por 20 minutos.

Ao longo dos séculos, muitos homens acostumaram-se a aplacar sua necessidade de dominar e subjugar o outro por meio da violência contra as mulheres. No Brasil, esse fenômeno social terrível parece ainda fazer parte do inconsciente coletivo. Entre 1980 e 2011, quase 100 mil mulheres morreram de forma violenta. Dados da publicação *Mapa da Violência* mostram que são aproximadamente 4.500 mortes com taxas de 4,6 mortes por 100 mil habitantes. São números que colocam o País na sétima posição entre as nações com mais mortes de mulheres.

Mudar uma cultura, mudar costumes e hábitos tão arraigados demanda muito esforço, persistência e coragem. Vamos reivindicar, e fazer muito barulho até que seja impossível não ouvir nossa mensagem. As mulheres têm direito a uma vida digna, segura, livre de violência, assédio ou qualquer tipo de coação.

Como instituição defensora da igualdade plena e do enfrentamento à violência contra as cidadãs, atuante na luta pela garantia dos direitos em favor do empoderamento da mulher, a Procuradoria da Mulher do Senado faz o alerta público sobre mais um caso de violência contra a mulher, conclamando a sociedade brasileira e o poder público para a tolerância zero à violência.

Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal

Acesse no site de origem: [Moção de Repúdio à violência contra a juíza Tatiana Moreira Lima \(Senado Federal, 07/04/2016\)](#)